

A inserção da mulher no mundo dos negócios: uma italiana no noroeste fluminense

Rosane Aparecida Bartholazzi

1. Apresentação:

Neste estudo buscou-se apreender a experiência social de uma mulher italiana que ao chegar ao Brasil em 1898, na região noroeste fluminense, trabalhou como meeira, juntamente com seu marido e filhos em uma fazenda cafeeicultora. Após dois anos de estabelecida nesta fazenda, já na condição de viúva, migrou-se para a fazenda vizinha onde num curto período de tempo passou da condição de meeira a fazendeira. Ao analisar os registros contábeis desta fazenda e os documentos privados verificou-se a importante ascensão social obtida pela imigrante que ampliou de forma significativa seu patrimônio, seja na compra de terras com investimentos na infra-estrutura da fazenda, como maquinários e automóveis, seja na construção de escola. Utilizou-se, também, de testemunho oral a fim de elucidar a trajetória da família através do diálogo com as diferentes fontes.

2. A mobilidade social: de meeira a fazendeira

A origem a cidade é Proceno, Província de Roma, atualmente, Província de Viterbo, emigraram em 1898. Minha avó Veronica é de Proceno meu avô Lira casou em Proceno. Cultivavam castanha, uva e grãos. Tinham uma pequena propriedade. Aqui chamamos de um quintal, uma chácara. Quando houve a emigração para o Brasil eles tinham 5 filhos (LIRA, 2007).

O descendente da família Lira-Castoni iniciou seu relato situando a localização geográfica e os bens que os avós possuíam na Itália. De fato, a família foi encontrada nos arquivos italianos como pequena proprietária de alguns lotes de terra, com produção de uva e grãos, além de outros imóveis como dois sobrados, uma cantina e um estábulo¹ situados no bairro *La Verdura*, na pequena Proceno, Província de Roma, região do Lazio, Itália.

¹ Os dados foram extraídos do Arquivo de Estado de Viterbo-Itália. Cadastro de Imóveis (1870-1950).

A família Castoni era constituída de 6 membros: o casal e quatro filhos: Giovani, Pietro, Chiara e Veronica. Quanto a família Lira a documentação indica somente o nome de Francesco Lira como proprietário de alguns lotes de terra em Proceno. A justificativa para a inexistência de outros bens em seu nome, assim como de seus familiares, pode ser encontrada no relato do descendente de Francesco: “Meu avô não sabemos a origem. Não tem Lira em Proceno, acho que ele saiu de Nápolis e foi para Proceno”(LIRA, 2007)

Constatou-se que Francesco se estabeleceu em Proceno, antes de 1884, quando já havia adquirido terras neste município. Após o casamento com Verônica Castoni e o nascimento de cinco filhos Ernesto, Higino, Cezarina, Modesto e Homero, a nova família permaneceu morando na casa dos pais de Verônica. Certamente, a produtividade, sobretudo, dos gêneros alimentícios passou a não ser suficiente a todos os membros. Neste contexto, iniciou-se a trajetória da família que culminaria na transformação de *contadina*² proprietária de Proceno em fazendeira no Brasil.

Destaca-se que, mesmo em crise, a família possuía uma relativa estabilidade social quando considerado o contexto econômico italiano do final do século XIX, o que, talvez, não justificasse uma emigração para um país distante. Verificou-se que juntamente com os Lira-Castoni outras oito famílias, também proprietárias de diversos imóveis, deixaram Proceno naquele período. Certamente, sentiram-se estimuladas pela possibilidade do enriquecimento fácil no Brasil veiculado por toda a Itália.

As famílias que decidiram deixar Proceno, no ano de 1898, por diversas razões não reveladas na documentação consultada vinham na clandestinidade. O relato do neto de Francesco aponta para as dificuldades encontradas pelo avô no porto de embarque: “Meu avô estava com a idade um pouco avançada, 47 anos, e ele teve dificuldade em emigrar. Mesmo assim, conseguiu e veio para o Brasil”(LIRA, 2007).

Diante do relato e da contradição encontrada na documentação podemos inferir que a família pudesse ter viajado no anonimato, visto que no Registro de Estrangeiro do filho de Francesco, Igino Lira, foram encontrados dados da embarcação Colombo

² Camponês ou trabalhador da terra que poderia ocupar diferentes lugares na hierarquia dos trabalhadores rurais italianos. Poderia ser um trabalhador sem terra, assim como ser um pequeno ou médio proprietário. Para saber mais ler SERPIERI, Arrigo. *La Struttura Sociale dell' Agricoltura Italiana*. Instituto Nazionale di Economia Agraria. Roma: Edizione Italiana, 1947.

confirmando que esta família chegou no Rio de Janeiro, em janeiro de 1898, mesmo mês e ano de chegada das outras famílias oriundas de *Proceno*.

As famílias imigradas tiveram como lugar de destino o noroeste fluminense.³ A maior parte foi encaminhada para a fazenda Bela Vista, situada entre os distritos de Natividade e Varre-Sai-RJ. Já a família Lira/Castoni se estabeleceu em uma fazenda vizinha, situada na localidade de Bom Sucesso, distrito de Santa Clara⁴. Por se tratar de uma região onde os limites territoriais ainda não estavam definidos administrativamente, e, pela proximidade dos distritos, a separação de alguns grupos para diferentes fazendas, não foi obstáculo para a manutenção das relações familiares entre os italianos.

Destaca-se que situação atípica vivenciou esta família quando comparada com as que ocuparam a localidade de Varre-Sai. A passagem de meeira a proprietária não foi feita com o movimento direto de saída do imigrante da grande fazenda receptora para sua própria propriedade. A família passou por duas fazendas até obterem a posse da terra, como relata o descendente:

A maior parte foi para a Fazenda Bela Vista, outros como os meus avós foram para uma fazenda em Bom Sucesso, próximo à Fazenda do Céu. Ali foram meeiros na produção de café. Meu avô, após dois anos, morreu. Continuaram como parceiros nesta região por algum tempo. Tinham amizade com o proprietário da Fazenda do Céu. Por isso saíram de onde estavam e foram ser parceiros nesta Fazenda, de propriedade de João Vieira. Daqui eles mudaram para a divisa com Espírito Santo, ficaram pouco tempo lá, depois compraram a propriedade, Santa Marta, perto do Rio Preto (LIRA, 2007).

Apesar de não ter sido localizado os registros comprobatórios sobre a movimentação da família de uma fazenda à outra, assim como sobre a “morte” de Francesco relatado pelo descendente, utilizou-se para estas duas situações a fonte oral com o intuito de cruzar todas as informações do depoente com os registros privados da fazenda: inventário, recibos de quitação da compra de imóveis, notas promissórias,

³ Atualmente o noroeste fluminense é constituído pelos seguintes municípios: Itaperuna, Italva, Bom Jesus do Itabapoana, Natividade, Varre-Sai, Porciúncula, Laje do Muriaé, Miracema, Santo Antonio de Pádua, São José de Ubá, Itaocara, Cambuci e Aperibé.

⁴ Na época estudada, esta localidade constituía o município de Itaperuna. Atualmente é um distrito do município de Porciúncula-RJ.

correspondências, livros contábeis da propriedade, registros de nascimento, casamento e óbito, além das imagens fotográficas. Com esta documentação foi possível reconstituir a trajetória da família revelando seu cotidiano e, sobretudo a mobilidade social ascendente.

Logo após a chegada na região, a família passou por um período conturbado. Trabalhou no sistema de meação na primeira fazenda e, posteriormente, serviu de mão-de-obra na Fazenda do Céu de propriedade de João Vieira.

As fazendas relatadas pelo depoente faziam fronteira entre si. Com o tempo, as relações de amizade foram se estabelecendo entre a família imigrada e o fazendeiro da propriedade vizinha (Fazenda do Céu). Assim, a família foi conquistando a confiança do vizinho que os convidou a trabalharem como meeiros em sua propriedade, conforme apontado pelo relato do descendente. Obviamente, a segunda propriedade oferecia mais vantagens para a família que a primeira.

Um fator importante para que os laços entre proprietário e meeiro se fortalecessem foi a “morte” ou “desaparecimento” de Francesco Lira, assim relatado:

Todo imigrante italiano do final do século XIX veio para substituir a mão-de-obra escrava. Ainda hoje tem essa mão-de-obra. Esse povo veio e a mentalidade do povo daqui ainda era escravagista, isso é o que eu penso. Então quando esse povo (os italianos) chegou eles tiveram que mudar o modo de proceder, mas, ficou um pouco a mentalidade escravagista. Quiseram fazer com o italiano o mesmo que faziam com o escravo e os italianos não aceitavam. Então propuseram aos italianos dividir a colheita do café metade para o proprietário. Mas como a mentalidade ainda era escravagista o proprietário queria levar vantagem. Na hora da partilha houve um desentendimento entre meu avô e o dono da terra. Chegaram a se atracar na briga. A propriedade era de família influente na política na região. Muita coisa pertencia a família Alves. Por essa razão meu avô foi preso. Foi para Itaperuna, sede do município. De lá ele sumiu, morreu por lá, mas ninguém sabe se ele morreu em Itaperuna. Ninguém foi lá para comprovar. Foi dado como morto, ninguém sabe se foi enterrado, não viram o corpo (LIRA, 2007).

O depoente cita como causa do conflito a tentativa de exploração do proprietário na divisão da produção do café e a reação do imigrante diante da injustiça que se impunha sobre o trabalhador. A prisão, e, conseqüentemente, o “sumiço” do imigrante demonstra o poder exercido pelo proprietário junto às autoridades do município. Talvez quisesse aproveitar do fato ocorrido punindo o imigrante para servir de exemplo aos outros trabalhadores, demonstrando dominação e poder. A família Alves, como relatou

o depoente, era influente politicamente na região. De fato, entre os anos de 1893 e 1896 fez parte do poder executivo do município de Itaperuna (DINIZ, 1985).

Assim, sem poder se manifestar e, obviamente, tendo que sair da fazenda onde o conflito se deflagrou, a viúva foi chamada a fazer parte do grupo de trabalhadores da Fazenda do Céu na condição de meeira. Desta forma, o casal da fazenda vizinha proporcionou à família condições para a sobrevivência.

Embora os conflitos entre imigrantes e proprietários não fosse característico da região, ressaltamos que entre o final do século XIX e início do XX, ocorreu, praticamente, em todas as áreas cafeeiras, um aumento de conflitos entre italianos e proprietários, decorrentes da desvalorização do café que ocasionava uma deterioração das condições de remuneração aos trabalhadores. Neste período (1902) as queixas dirigidas ao governo italiano, somado a outros fatores, culminou na proibição da imigração subsidiada para o Brasil. (TRENTO, 1989)

A situação vivida por Francesco corresponde ao modelo de relações estabelecidas entre cafeeiro e colono de outras regiões do país, sobretudo dos Vales do Paraíba Fluminense e Paulista. Demonstra, também, que nem todos os fazendeiros do noroeste fluminense estabeleciam uma relação cordial com o trabalhador, como ocorreu na Fazenda Bela Vista onde se estabeleceram a maior parte das famílias imigradas no noroeste fluminense.

Sendo assim, Veronica, viúva aos 37 anos, residindo em um país estranho, longe dos parentes e com seis filhos, cinco nascidos na Itália e uma menina no Brasil, só poderia contar com os filhos adolescentes no trabalho para o sustento da família. Este, portanto, pode ter sido o motivo do acolhimento do proprietário vizinho que acabou por estabelecer uma relação de amizade com a família, possibilitando a Verônica tornar-se proprietária da própria fazenda em que era meeira, como veremos adiante.

Para Lucien Febvre (apud SOIHET, 1997), o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o Homem”. A história de Veronica que no final do século XIX, numa zona cafeeira, com os filhos em idades entre 2 e 14 anos, assumiu a condição de empreendedora dos seus próprios negócios transformando-se em fazendeira, sem a solidariedade dos parentes consanguíneos, reforça a idéia de uma mulher que buscou se posicionar como sujeito de sua história, diferenciando-se do modelo dominante, típico da sociedade patriarcal vigente.

A família italiana muitas vezes definida como “patriarcal”⁵, termo que subentende não só determinadas relações econômicas, mas, também, um conjunto cultural de valores e comportamentos, a mulher destacava-se pelas suas funções primárias de esposa e mãe. No caso da família imigrante acresce sua importância na economia doméstica e/ou como mão-de-obra para os trabalhos dos campos. Assim, a mulher tornou-se um elemento fundamental da imigração sem, porém, tornar-se protagonista da história familiar.

No caso específico deste estudo, Veronica Castoni tornou-se protagonista da história. Sem abandonar seu universo doméstico trabalhou para formação de um patrimônio que pudesse dar estabilidade econômica à família. Portanto, a sua história pode ser analisada com fontes que vão além da memória dos descendentes.

Possuindo visibilidade no campo dos negócios seu nome está nos registros de terras como outorgante compradora, nas notas promissórias como credora, nos recibos de venda dos produtos da fazenda, sobretudo, o café e nos livros contábeis de sua grande fazenda.

Diversos estudos sobre as mulheres vêm sendo elaborados, sobretudo, nos terrenos da história, sociologia e antropologia. Nesta perspectiva, destacam-se os estudos de Maria Odila (2001) onde a autora ressalta a luta das mulheres pela sobrevivência em meio às redes de solidariedade e vizinhança que se improvisavam e se modificavam.

As novas pesquisas demonstram que a sujeição feminina dentro do patriarcalismo pode ser relativizada. As mulheres, muitas das vezes, assumiam o mando da casa, gerindo negócios e propriedade (SOIHET, 2004). Assim, estudos históricos têm cada vez mais abordado a questão do gênero feminino como importante viés historiográfico na busca pela reconstrução do passado, a partir da atuação de sujeitos anônimos e comuns.

Veronica Castoni comprou o primeiro sítio da família em 1904. Da chegada em 1898 até a compra do primeiro sítio trabalhou como meeira por seis anos. O sítio Santa

⁵ Após a década de 1970, estudos demonstraram diversas formas de organização familiar. No século XIX, por exemplo, a família patriarcal não chegava a representar 26% dos domicílios; predominando nos demais outras formas de composição. Em muitos lugares, conforme o contexto social vivido, grande parte dos lares eram chefiados por mulheres. Para saber mais ler SOIHET, Raquel. História das Mulheres in CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004. p. 275-296

Martha⁶, situado no distrito de Santa Clara, possuía 46 alqueires de terra, quinze casas para colonos, uma olaria e moinho de fubá. “Daqui eles mudaram para a divisa com Espírito Santo e compraram a propriedade Santa Marta, a primeira propriedade perto do rio Preto”⁷(LIRA, 2007).

Vê-se, portanto, que a meação na produção cafeeira possibilitou a família acumular capital para compra do sítio. Considerando que as dimensões das propriedades adquiridas, inicialmente, pelos imigrantes da região variavam entre 6 e 20 alqueires, conseguiu esta família uma rápida ascensão social.

A maior fonte de renda originou-se da produção cafeeira possibilitando a ampliação dos investimentos. A imigrante e os filhos, após 14 anos residindo neste sítio, criando animais, cultivando milho, feijão e, sobretudo, café, acumularam capital suficiente para comprar a Fazenda do Céu, conforme relato do herdeiro:

Sr. João Vieira (proprietário da Fazenda do Céu) era muito amigo da família. Por motivos pessoais resolveu vender a fazenda para minha avó. Continuou com a fazenda Santa Marta (a avó) e depois com a Fazenda do Céu. Fixaram residência nesta fazenda. Depois foram comprando terra vizinhas (LIRA, 2007)

Observa-se que a família não precisou vender nenhum lote para efetuar a compra de mais terras. Os alqueires se ampliavam e a família tornava-se uma grande proprietária na região. Veronica assinou uma Nota Promissória no valor de quatro contos de reis pela compra de 40 alqueires da Fazenda do Céu, em fevereiro de 1918, com vencimento em 16 de novembro de 1920. Desta forma, a nova proprietária das terras teve a concessão de quase dois anos para efetuar o pagamento, sem cobrança de juros.

Ainda que seu filho mais velho, a época com 32 anos, administrasse o primeiro sítio comprado, a matriarca continuava a administrar os negócios da família, a partir da sede, conforme assinalam os registros contábeis. Em 1919, um ano após a compra da fazenda, fez a entrega de duzentos e cinquenta sacas de café a um brasileiro, como consta no Recibo assinado pelo comprador.

⁶ Dado extraído do Cartório do 2 Ofício. Inventário de Veronica Castoni. Itaperuna. 1932.

⁷ A localização citada está próxima à Fazenda do Céu considerando que a região faz divisa com o Espírito Santo.

Estas terras somadas à propriedade de Santa Martha totalizavam 86 alqueires. Doze anos depois, foi realizada a compra de mais três propriedades passando, a família, a deter um patrimônio de 137 alqueires. Destaca-se que todas as compras foram assinadas por Verônica.

Na Fazenda do Céu, sede principal das propriedades da família Lira-Castoni, com muitos cômodos, restam, ainda hoje, alguns móveis comprados por Veronica. Dentro de uma das gavetas, em um móvel de um dos quartos, o herdeiro da propriedade, neto da imigrante, retirou vários livros empoeirados, a maioria deles legíveis e em bom estado de conservação. São os registros contábeis referentes ao período de 1920 a 1950. Nestes livros consta o balanço da fazenda registrado diariamente pela família, sobretudo, por um dos filhos, Iginô Lira⁸, que, aos 24 anos, após fixar-se na fazenda com sua mãe passou a auxiliá-la na administração dos bens. Ernesto, o filho mais velho, administrava no sítio Santa Martha.

Os registros contábeis contêm no cabeçalho de cada folha: o nome do colono, ano e mês da movimentação, débito e crédito. Cada livro possui 300 páginas de registros. Através da documentação, procurou-se compreender as relações estabelecidas com os colonos, a nacionalidade do trabalhador, bem como a produção da fazenda. Além disso, apreender o cotidiano vivido não só pela família proprietária, como também, pelas famílias colonas proporcionando um diálogo esclarecedor com os depoimentos orais.

Por ser uma grande fazenda possuía muitas famílias colonas que residiam na propriedade: “Aqui tinha mais de 60 famílias colonas com casas de morada na fazenda”(LIRA, 2007). De fato, em um dos livros de registros foram localizados 102 trabalhadores entre os anos de 1929 e 1930. Dentre os trabalhadores foram encontradas famílias italianas, brasileiras e portuguesas como colonas residentes na fazenda. A maior parte das famílias estava na condição de meeira; outras possuíam contratos assinados, recebendo salário mensal, para exercerem a profissão de servente e carpinteiro; foram localizados, ainda, trabalhadores contratados para serviços temporários sob forma de empreitada, além de italianos não residentes na propriedade fazendo negócios com a proprietária e seus filhos.

⁸Iginô Lira era o pai de Ítalo Lira, o atual herdeiro da Fazenda do Céu. Ítalo disponibilizou todos os documentos privados da movimentação da fazenda, além de ter sido a principal fonte oral para este estudo.

O trabalho era a meação. Produzia muito feijão milho, café, mandioca. Estas não eram de subsistência vendiam mesmo. O proprietário dava a terra pronta e a semente, eles plantavam, dava a meia. Quando o colono prepara a terra e semeava por conta dele ele só dava a terça parte ao proprietário. O trabalho era de meeiro com a família, mas aqui eles falavam dos colonos da fazenda do céu (LIRA, 2007).

O depoente faz questão de ressaltar que, embora os próprios trabalhadores se intitulassem como colonos, a relação de trabalho estabelecida em nada se aproximava do regime de colonato⁹ instituído na maioria das grandes fazendas. “Aqui eles não recebiam dinheiro pelo trato do cafezal. O dinheiro eles viam só depois da colheita quando o café era dividido a meia”(Ibdem, 2007). De fato a meação foi um recurso adotado em todas as propriedades cafeicultoras dos italianos, inclusive entre os sitiantes.

Os dados apontam para uma fazenda com infra-estrutura para ser auto-suficiente, mesmo que não produzisse todos os produtos necessários ao consumo. Com trabalhadores sendo pagos mensalmente para serviços de carpintaria, fabricação de telhas, e serventes possuíam estes trabalhadores registros de contratos com todos os dados especificados. Luiz Joaquim de Sá era um português que chegou ao Brasil em 1909 e exercia a profissão de carpinteiro na fazenda. Outro como, José Serri, recebia mensalmente para trabalhar como servente.

A história da família Lira/Castoni permite, igualmente, colocar em evidência a manutenção da solidariedade e da reciprocidade entre os grupos de imigrantes. Os dados registrados referentes aos italianos diferenciam-se discriminando os débitos e créditos por produtos vendidos ou comprados, enquanto que para a maioria dos trabalhadores de outras etnias prevalecia a indicação “*compra que fez*” no item debito.

Os lançamentos de crédito e débito evidenciam a expressão das transações comerciais entre os compatriotas. Na movimentação feita com os italianos, estes possuíam mais crédito que débito. Luiz Ridolfi, por exemplo, comprou da proprietária Veronica três cabeças de gado, em abril de 1930, com valores debitados no registro. Entre abril e janeiro de 1931, constava como crédito para o italiano: 5 sacos de milho; 1.220 telhas; 5 sacos de farinha; 2 sacos de sal; 1 saco de farinha de mandioca. Já para

⁹ Sobre o regime de colonato ler MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 9-93.

Jacomo Grillo, os registros apontam empréstimos em dinheiro feitos para um dos filhos da proprietária.

Como toda grande fazenda, principalmente, se fosse situada em local de difícil acesso, como o caso da Fazenda do Céu, os produtos básicos para consumo eram comprados na cidade mais próxima, pelo fazendeiro, e vendidos no armazém da propriedade. Sobre as dificuldades encontradas para a compra das mercadorias na cidade, afirmou o depoente:

O grande problema que não existia um comércio próximo. Isso encarecia então as próprias fazendas faziam o suprimento da colônia: sal, farinha, banha, uma compra para quase o ano inteiro. Papai ia a cavalo até Faria Lemos. Lá pegava o trem e ia fazer compra em Carangola/MG. De Faria Lemos voltava para a fazenda em tropa de burros. Em torno de 20 a 30 burros que puxavam também o café. Depois foi comprado um caminhãozinho. Era necessário esse fornecimento porque as pessoas não tinham como comprar, não tinha dinheiro vivo, só no final do ano na colheita do café (LIRA, 2007).

As dificuldades apontadas pelo depoente deveram-se a localização geográfica da fazenda e a falta de estradas. No trajeto entre a propriedade e os centros comerciais mais desenvolvidos, como Itaperuna e Carangola, utilizavam-se dos animais como meio de transporte para as pessoas e para as mercadorias.

Com a colaboração dos seus filhos, Veronica vencida as dificuldades, como afirma o seu neto: “A sede da fazenda possuía 30 burros, um caminhãozinho, uma máquina de beneficiar café, uma oficina de ferreiro, uma olaria, criação de porcos dentre outros. Construíram um patrimônio enorme, mas, trabalharam muito”(LIRA, 2007).

Sobre os investimentos feitos na região para facilitar o acesso à fazenda, afirmou: “As estradas foram feitas pela minha família. Eles compraram carro e precisavam de estradas, fizeram um mutirão e abriram estrada”(Ibidem, 2007).

A intensificação dos empreendimentos da família deu-se entre 1918 e 1932, período em que o café vivia sua expansão na região fluminense. As terras onde se situava a fazenda era de difícil acesso, com terrenos íngremes, mas constituída por solos férteis. Todo território, incluindo os distritos de Itaperuna, tais como: Santa Clara, Porciúncula, Natividade, Varre-Sai e Rosal, teve um papel primordial na ocupação vinculada à lavoura cafeeira.

Destaca-se que entre os anos de 1931 e 1933, Itaperuna ocupava a posição de segundo município com maior contribuição do imposto territorial do estado do Rio de Janeiro. O distrito de Porciúncula, onde ainda se encontra a fazenda, era o terceiro distrito em arrecadação, com produção de 370.000 sacas de café, conforme consta no Relatório de Municípios referente ao ano de 1933.

Os dados são suficientes para confirmar a grande mobilidade social obtida por esta família que, sob a liderança de uma mulher, alcançou posição importante na estrutura daquela sociedade rural.

A partir da compra da “Fazenda do Céu” é que se consolidou o processo de ascensão econômica na medida em que ampliaram a compra de propriedades, ficando por conta de cada filho a administração de cada uma delas. Mesmo tendo a colaboração dos filhos adultos, Veronica mantinha o controle dos negócios, como confirma seu neto: “Meu pai foi o filho que mais ajudou minha avó. Viveu muitos anos em função dela. Ela sabia de tudo o que se passava, tinha o controle de tudo nas mãos (Ibdem, 2007).

Era comum entre os imigrantes italianos que conseguiam certa ascensão social, mesmo para aqueles que não eram alfabetizados, fazerem um esforço para ter um professor particular em casa para ensinar os filhos.

Sobre a escolaridade do pai emigrado de Proceno, o depoente afirmou:

Meu pai estudou na Itália era muito preocupado com a educação. Ele veio com 10 anos, pelo que ele me contou, o grau de instrução era referente ao segundo ano primário aqui. Lia muito, comprava jornais, revistas, livros, romances. Assinava o jornal a Tribuna Italiana, demorava para chegar, mas vinha. Isto foi influencia da minha avó Veronica (LIRA, 2007).

Vê-se, deste modo, que a família Lira-Castoni preocupava-se em realizar investimentos na educação. Para tanto, construiu uma escola no terreiro da fazenda com a contratação de uma professora particular para ministrar aulas para seus filhos, para os filhos dos compatriotas, para os filhos dos colonos, assim como para os trabalhadores que eram analfabetos. “A professora da escola dormia na fazenda. Esta recebia um salário pago pelo e todo o material era bancado pela fazenda”(Ibdem, 2007).

Sobre o início das aulas na escola afirmou o depoente:

Já no início tinha cinquenta alunos matriculados e a professora Ilka lecionava sozinha todas as matérias do curso primário e ainda fazia recreação com os alunos: peças de teatro, comemorações própria dos

feriados etc. (...) Dos que fizeram o curso primário na antiga escola da Fazenda do Céu, temos: contadores, professores, fiscal de renda, pastor e médico-veterinário, como o meu caso, me formei na UFF em 1967. Fiz todo o curso primário nesta escola construída pela minha família, morei aqui até meus nove anos de idade (Ibdem, 2007).

No caso em estudo, a família já tinha consolidado sua condição de proprietária, mas era necessário que a produtividade da fazenda continuasse em expansão. Assim, era importante para o processo produtivo da fazenda que todos soubessem ler: servente, lavrador, carpinteiro, oleiro e, principalmente, os netos de Veronica.

Para além dos interesses puramente econômico relacionados ao aumento da produtividade, existia nesta fazenda uma relação social e afetiva entre proprietários e trabalhadores que poderíamos denominar de fraternal.

A trajetória da matriarca que nos momentos cruciais da sua vida pode contar com a acolhida do casal vizinho, talvez tivesse influenciado no tipo de relação que estabeleceu com os colonos, ultrapassando os limites patrão/empregado. Entre eles existiam laços de vizinhança, de reciprocidade e de compadrio. Ao rememorar os tempos de escola na fazenda, o depoente se emocionou dizendo:

Muitos jovens estudavam aqui. O que me marcou muito era o convívio entre as pessoas. Não tinha distinção de classe social. Embora meus pais fossem proprietários existia um entrelaçamento de amizade muito grande. A convivência com os colonos, almoçávamos na casa deles e eles na nossa. Isso me marcou muito (LIRA, 2007).

Nos diários escolares, localizados nos pertences da Fazenda do Céu, verificou-se que entre mulheres e homens encontravam-se brasileiros e italianos, casados e solteiros, filhos e netos de proprietários e colonos, enfim, crianças e adultos numa mesma classe. Uma turma mista, única e multiseriada, característico de locais da zona rural de difícil acesso.

A matrícula, para alguns, teve início em 1929, para outros, em 1932 e assim sucessivamente. O número mínimo de matriculados, constantes nos diários de classe, foram de 10 alunos e o máximo de 27. Estas escolas estavam situadas, normalmente, no centro do povoado, o que impossibilitava a frequência de um morador de uma zona distante e de difícil acesso.

Os italianos que mobilizaram recursos para construção de escolas nas suas fazendas, contribuíram, significativamente, para diminuir o número de analfabetos na

região. Deste modo os italianos fazendeiros ou sitiantes transmitiram, aos seus descendentes e a população local, seu capital cultural mobilizando, também, o poder executivo, quando a partir da década de 1950 transferiu a escola para o âmbito municipal.

Pelo Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 1971 (DOERJ, 1971, p. 4), a escola já pertencia ao Estado. Neste documento, no seu Art. 1, foi encontrada uma homenagem à proprietária da Fazenda do Céu. A denominação da escola deixa de ser “Escola Fazenda do Céu” para se chamar “Escola Veronica Lira”.

Ressalta-se que além da mudança no nome da escola mudaram, também, o nome da proprietária homenageada. No lugar de Castoni, a ênfase foi dada ao sobrenome Lira. Ao relacionarem seu nome ao do marido, morto há mais de 73 anos, reconstroem a imagem do patriarca e apagam “aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades: o nome. As linhas que convergem para o nome e dele partem, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GUINZBURG, 1989, p. 174).

Assim, no imaginário popular perpetuado entre as gerações posteriores que não conheceram a trajetória desta mulher, Veronica Castoni caiu na invisibilidade. Mas, para quem for buscá-la nos registros oficiais e privados e nas fontes manuscritas encontrará seu “nome que é o fio condutor” (Ibdem, p. 175).

Como justificativa a mudança do nome da escola, o jornal oficial do estado exalta a figura da mulher, Veronica “Lira”, fazendo uma retrospectiva de parte da trajetória vivida pela fazendeira:

Veronica Lira nascida na Itália veio para o Brasil em fins do século passado, ou mais exatamente em 1898, em companhia do seu esposo e quatro filhos, o mais velho dos quais com 12 anos de idade. O quinto filho do casal já nasceu no Brasil. Dois anos após sua chegada ao Brasil faleceu seu esposo. Longe da pátria, da família, com cinco filhos menores soube com ânimo enfrentar as dificuldades da viuvez. Radicara-se na Fazenda do Céu, no atual distrito de Porciúncula, como parceira na cultura do café. Com energia e capacidade de trabalho foi adquirindo recursos, com os quais veio a adquirir a mesma fazenda onde havia iniciado a vida, no Brasil, como meeira. Ao falecer em 1932, ao lado do patrimônio moral de uma vida edificante, grande patrimônio material representado pelas propriedades agrícolas que adquirira, além da Fazenda do Céu. Trouxe ela para a Pátria de adoção, para a região onde se fixara, todas as virtudes cristãs das esposas e mães italianas. Inculcou na mente dos filhos, ao lado do sentimento de saudade da pátria distante, os sentimentos de amor e gratidão para com a terra que tão hospitaleiramente os recebera e tão dadivosamente retribuíra os seus sacrifícios, o seu trabalho. Nesta homenagem, D. Verônica simboliza a mulher italiana a quem tanto deve nossa Pátria e, muito especialmente, o

Distrito de Santa Clara, de cuja formação foram elas as dedicadas pioneiras. É de se ressaltar, também, que o filho da homenageada, Sr. Higino Lira, atual proprietário da Fazenda do Céu, colocou à disposição do Governo do Estado o terreno necessário à construção, de outra escola, de vez que a casa por ele construída para este fim, não atende mais as exigências atuais. Sala das Sessões. 2 de setembro de 1971. Luiz Linhares. Projeto número 302 de 1971 (DOERJ, 1971, Seção II).

Normalmente, as pessoas que nomeiam ruas, praças e logradouros participaram da construção e desenvolvimento do local. Conhecer a história de vida dessas pessoas, permite compreender através de suas trajetórias o momento histórico, cultural e político de uma época.

No caso de Veronica, mesmo sendo uma protagonista, a justificativa apresentada no Diário Oficial ao fazer uma retrospectiva histórica da imigrante reproduz no discurso, muito mais, uma visão de família “patriarcal”, exaltando suas virtudes cristãs de esposa e de mãe, estendendo a todas as mulheres italianas a imagem de mulher dedicada ao mundo da casa, da moralidade e afetividade nas relações sociais, ocultando seu dinamismo e força na liderança dos grupos familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação dos arquivos italianos permitiu o acompanhamento da trajetória da família Lira-Castoni imigrada no interior fluminense, bem como a apreensão do contexto sócio-econômico vivido no país de origem. Por outro lado, com os registros dos arquivos privados da fazenda no interior fluminense, constatou-se que apesar das dificuldades iniciais, esta família, sendo chefiada por uma mulher, obteve uma significativa mobilidade social passando de meeira a fazendeira de destaque na região estudada.

A intensificação dos empreendimentos da família ocorreu no período em que o café vivia sua expansão na região fluminense. Na medida em que a imigrante italiana consolidava o processo de ascensão econômica ampliava a compra de mais propriedades, ficando, posteriormente, por conta de cada filho a administração de cada uma delas.

A visão da mulher empreendedora na construção de uma escola na fazenda demonstrou a preocupação da família em investir na educação dos filhos e netos, assim como dos filhos dos colonos.

Depreende-se deste estudo que a inserção no mundo dos negócios exercida por esta mulher ganha destaque quando se considera, sobretudo, o modelo de sociedade patriarcal vigente naquele período.

REFERÊNCIAS:

DIAS, Maria Odila Leite de. *Quotidiano e Poder no século XIX. Luta pela sobrevivência de mulheres que viviam de pequena venda ou como lavadeiras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

DINIZ, Dulce. *O Desenvolver de um município. Itaperuna: do germinar à frutificação*. Rio de Janeiro: Damadá, 1985.

GUINZBURG, Carlo. *A Micro História e outros ensaios. O nome e o como. Memória e Sociedade*. Editora Bertrand Brasil AS, 1989.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SERPIERI, Arrigo. *La Struttura Sociale dell' Agricoltura Italiana*. Instituto Nazionale di Economia Agraria. Roma: Edizione Italiana, 1947.

SOIHET, Raquel. *História das Mulheres in CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de emigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

FONTES:

ARQUIVOS ITALIANOS

Arquivo de Estado de Viterbo

- Cadastro de Imóveis (1870-1950)
- Registro de Publicação de Matrimônio (1884)

ARQUIVOS BRASILEIROS

- Cartório do 2º Ofício. Inventário de Veronica Castoni. Itaperuna. (1932)

Biblioteca Pública de Niterói

- Diretoria de Agricultura. Serviços de Estatísticas. Propriedades Agrícolas. Volume I- Rio de Janeiro, 1927.
- IBGE. Estatística. Dados e informações sobre Itaperuna. 12 a 18 de agosto de 1939.
- Relatório de Municípios apresentado ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro. Estatística do movimento escolar. Anexo 16. (1934).

Documentos de fazenda e arquivos pessoais

- Livros de Registros Contábeis. Balanço da Fazenda do Céu. Porciúncula/Santa Clara /RJ,(1929-1930).
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Projeto n 302. Niterói, 22 de setembro de 1971. Seção II.

DEPOIMENTO ORAL

- LIRA, Ítalo Balbo. Fazenda do Céu. Porciúncula/Santa Clara/RJ, 2007.